

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GESSICA ALINE NUNES PIMENTEL

REVISÃO DA LITERATURA CRÍTICA AO LIVRO “O CAPITAL NO SÉCULO
XXI”, DE THOMAS PIKETTY

CURITIBA

2017

GESSICA ALINE NUNES PIMENTEL

REVISÃO DA LITERATURA CRÍTICA AO LIVRO “O CAPITAL NO SÉCULO
XXI”, DE THOMAS PIKETTY

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

GESSICA ALINE NUNES PIMENTEL

REVISÃO DA LITERATURA CRÍTICA AO LIVRO “O CAPITAL NO SÉCULO XXI”, DE THOMAS PIKETTY

Monografia apresentada e aprovada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Cipolla
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Claus Magno Germer
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 21 de novembro de 2017.

À memória de meu pai, Joaquim Pereira Pimentel, que exerceu papel fundamental
como estimulador da minha vida estudantil.

AGRADECIMENTOS

A compreensão do quão dependente somos uns dos outros só vem à tona em períodos os quais não nos bastamos por nós, seja de maneira física, intelectual ou psicológica. No ambiente acadêmico passei por esses períodos e também neles encontrei o conforto e a aprendizagem necessária para seguir adiante, o que certamente só foi possível pelas pessoas que tive oportunidade de conviver.

Agradeço a todo corpo docente do curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Paraná, profissionais os quais demonstraram extremo comprometimento ao longo desses cinco anos de curso. Em especial ao meu professor e orientador Francisco Paulo Cipolla, responsável pelo meu interesse acadêmico na área marxista, sem dúvidas a maior contribuição que levo da graduação. Também não poderia deixar de citar os professores: Alexandre Alves Porsse, Claus Magno Germer, Dayani Cris de Aquino, Dayane Rocha de Pauli, Fabiano Abranches Silva Dalto, José Felipe Araújo de Almeida, Marcos Paulo Fuck, Raquel Rangel de Meirelles Guimarães e Wellington da Silva Pereira, que desempenhando seus papéis como educadores me influenciaram de alguma forma em almejar seguir a área acadêmica.

Meus agradecimentos aos colegas e verdadeiros amigos Alexandre Gustavo dos Santos e Cintia Luiza Tondin, que nunca mediram esforços para me auxiliar em todas as dificuldades que surgiram. É uma completa alegria poder comemorar esta conquista ao lado de vocês.

Contribuíram também para a finalização deste trabalho os colegas Rosana Louro e Caique Corcelli, que não hesitaram em ceder parte de seus tempos para me orientarem.

Ao meu namorado e companheiro Benjamim Mutti, meu verdadeiro presente da UFPR.

À minha mãe e toda minha família pela força e compreensão ao longo desses cinco anos, minha verdadeira gratidão.

“Segui il tuo corso, e lascia dir le genti!”

[Segue teu rumo, e não te importes com o que os outros digam!]

Dante Alighieri

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral realizar a revisão de seis artigos críticos à obra de Thomas Piketty, “O Capital no Século XXI”, atrelado aos objetivos específicos de síntese dessas críticas, assim como suas relações com a desigualdade fundamental, $r > g$, tese central de sua obra. Os artigos aqui presentes foram selecionados visando diversidade de posicionamento político e econômico e renome acadêmico dos autores. Os autores abordados são: N. Gregory Mankiw, David Harvey, James K. Galbraith, Kathryn Moeller, Gérard Duménil e Dominique Lévy, e Anwar Shaikh, os quais, apesar de linhas teóricas divergentes e, diferentemente do esperado, apresentaram convergência na maior parte dos pontos criticados na obra em questão.

Palavras-chave: O Capital no Século XXI. Thomas Piketty. Críticas.

ABSTRACT

The purpose of this study is to carry out the review of six critical articles on Thomas Piketty's work, "Capital in the 21st Century", linked to the specific objectives of the synthesis of these critiques, as well as their relations with fundamental inequality, $r > g$, the main objective of his thesis. The articles presented here were selected with the objective of having the widest range of diversity of political and economic ideology and academic reputation of the authors. The authors are: N. Gregory Mankiw, David Harvey, James K. Galbraith, Kathryn Moeller, Gérard Duménil and Dominique Lévy, and Anwar Shaikh, whom, despite divergent theoretical lines and different to expectations, presented converging ideas on most of the points criticized on the study in question.

Keywords: Capital in the 21st Century. Thomas Piketty. Critics.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ORIENTAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES UTILIZADOS.....	47
TABELA 2 – RELAÇÃO DOS PONTOS ABORDADOS NAS CRÍTICAS.....	49

LISTA DE SIGLAS

CPS	- Census Bureau Current Population Survey
EPTC	- Econophysics Two-Class
EUA	- Estados Unidos da América
IRS	- Internal Revenue Service
MIT	- Massachusetts Institute of Technology
PhD	- Philosophiae Doctor
US	- United States

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A TEORIA DE THOMAS PIKETTY	13
2.1	ENTENDENDO AS VARIÁVEIS R E G	13
2.2	POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES	15
3	N. GREGORY MANKIW EM: “YES, R>G. SO WHAT?”	16
3.1	SÍNTESE DA CRÍTICA	16
3.2	RELAÇÃO COM R>G	20
4	DAVID HARVEY EM: “AFTERTHOUGHTS ON PIKETTY’S CAPITAL”	
	22	
4.1	SÍNTESE DA CRÍTICA	22
4.2	RELAÇÃO COM R>G	25
5	JAMES K. GALBRAITH EM: “EL CAPITAL EN EL SIGLO XXI.”	27
5.1	SÍNTESE DA CRÍTICA	27
5.2	RELAÇÃO COM R>G	30
6	KATHRYN MOELLER EM: “A CRITICAL FEMINIST AND RACE	
	CRITIQUE OF THOMAS PIKETTY’S CAPITAL IN THE TWENTY-FIRST	
	CENTURY.”	32
6.1	SÍNTESE DA CRÍTICA	32
6.2	RELAÇÃO COM R>G	35
7	GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY EM: “THOMAS PIKETTY’S	
	HISTORICAL MACROECONOMICS: A CRITICAL ANALYSIS.”	37
7.1	SÍNTESE DA CRÍTICA	37
7.2	RELAÇÃO COM R>G	41
8	ANWAR SHAIKH EM: “INCOME DISTRIBUTION, ECONOPHYSICS	
	AND PIKETTY.”	42
8.1	SÍNTESE DA CRÍTICA	42
8.2	RELAÇÃO COM R>G	46
9	ANÁLISE CRÍTICA	48
9.1	CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA DE POSICIONAMENTOS	48
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Professor da *École d'Économie de Paris* e *L'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, o nome de Thomas Piketty veio à tona nos últimos anos após a emergência de sua obra “O Capital no Século XXI”, publicada pela primeira vez em 2013, na França. Piketty é PhD em Economia pela *L'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales* e possui experiência na área de desenvolvimento econômico e distribuição de renda, cuja carreira iniciou em 1990 ao concluir sua graduação em Matemática, na França. Seu *best seller*, “O Capital no Século XXI” e pano de fundo deste trabalho, é resultado de 15 anos de pesquisas de dados patrimoniais e de renda expostos nas quase 700 páginas da obra de Piketty.

A desigualdade de renda é o tema central de seu estudo, desigualdade esta abordada num extenso levantamento de dados sobre concentração de renda e riqueza, principalmente nos Estados Unidos, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Japão, através de séries históricas que chegam a alcançar 100 anos no tempo.

A expressão $r > g$ (o que ele denota desigualdade fundamental), em que r representa a taxa de retorno do capital e g a taxa de crescimento da economia, segundo Piketty, pode ser controlada através da adoção de um imposto progressivo sobre o capital. Em sua teoria, o autor assume a existência de forças de divergências entre a taxa de retorno do capital e a taxa de crescimento econômico nas últimas décadas e entende que se não adotada alguma medida de contenção para o crescimento desbalanceado entre as taxas, o cenário de desigualdade se agravará. A proposta de Piketty gira em torno da aplicação de um imposto mundial e progressivo sobre o capital, proposta a qual o próprio autor assume como utópica visto a complexidade política e financeira de sua execução.

Sua obra abrange desde conceitos fundamentais como renda nacional, capital e relação capital/renda até a análise destes nos primeiros anos do século XXI, com fundamentação histórica e uma extensa base de dados. Expõe a desigualdade em números e vincula estes à renda do trabalho e à propriedade de capital.

Motivado pela repercussão da obra, como exposto acima, este estudo tem como objetivo geral a revisão literária das críticas ao trabalho de Piketty atrelada aos objetivos específicos de 1) síntese destas críticas; 2) identificação do posicionamento dos autores no que se refere à desigualdade fundamental, $r > g$; e 3) análise das possíveis convergências e divergências dos pontos abordados pelos autores.

Para o cumprimento destes objetivos, as críticas aqui apresentadas foram selecionadas visando a variedade de escolas teóricas e relevância acadêmica dos autores.

Desta forma, este trabalho segue dividido em 9 capítulos, além da presente introdução, que são apresentados da seguinte forma: capítulo 2 trará uma exposição da composição teórica e algébrica da desigualdade fundamental, $r > g$, segundo Piketty; capítulo 3 ao capítulo 8 abrangem uma crítica por capítulo representando, respectivamente, as críticas de N. Gregory Mankiw, David Harvey, James K. Galbraith, Kathryn Moeller, Gérard Duménil e Dominique Lévy, e Anwar Shaikh; capítulo 9 trará uma análise crítica com a proposta de apresentar e entender os principais pontos de convergência e divergência entre os autores analisados e capítulo 10 finaliza o estudo com as considerações finais.

2 A TEORIA DE THOMAS PIKETTY

2.1 ENTENDENDO AS VARIÁVEIS r E g

Previamente à abordagem das sínteses das críticas selecionadas e suas respectivas análises, é essencial a exposição e a compreensão da desigualdade fundamental, base da teoria de Piketty, $r > g$, no que norteia sua concepção teórica e, consequentemente, algébrica.

Com r representando a taxa de remuneração do capital, logo, o quanto este rende anualmente, as rendas componentes relacionadas advêm dos lucros, dos juros e dos alugueis; g , reflete a taxa de crescimento anual da economia, fruto da renda do trabalho e do produto.

Sendo para o autor a renda nacional aquela que abrange o conjunto de rendas individuais – descontadas as depreciações e incorporado o saldo de renda internacional (remessas e retornos) - o entendimento da variável r na teoria de Piketty se faz por meio da equação $\alpha = r \times \beta$, a qual ele chama de Primeira Lei Fundamental do Capitalismo, em que a abordagem de renda nacional se faz presente devido à variável α , que expressa a participação da renda do capital na renda nacional. Além disso, a razão capital / renda, representada por $\beta = s / g$, reflete, por sua vez, a representatividade do capital na economia e está presente na Segunda Lei Fundamental do Capitalismo, assim denominada pelo autor.

Contudo, o conceito de capital utilizado por Piketty diverge das abordagens usuais. Para ele, capital é toda riqueza que pode ser transacionável, com exceção do capital humano, o qual considera restrito e limitado por não ser definitivamente transferível. Entretanto, compõem a soma, terras e recursos naturais.

Ao longo de todo o livro, quando falarmos de “capital”, sem outra especificação, excluiremos sempre aquilo que os economistas muitas vezes chamam – de modo inadequado, na minha opinião – de “capital humano”, ou seja, a força de trabalho, as qualificações, a formação, as capacidades individuais (Piketty, 2014, p. 51).

Para tanto, divide este capital não humano em capital imobiliário e capital financeiro. Para ele, tal definição varia de acordo com o período e fase do desenvolvimento social, ou seja, não é uma definição fixa e em termos de análise econômica, considera ainda como “substitutos perfeitos” os termos capital, riqueza e patrimônio.

Assim, entende-se que colocando a fórmula $\alpha = r \times \beta$ em função de r e substituindo a variável β , temos que $r = \alpha \times g / s$, logo, a taxa de retorno do capital é colocada como dependente da representatividade da renda do capital na renda nacional e da taxa de crescimento da economia sobre a taxa de poupança; ou seja, a definição de capital e seus respectivos componentes como influenciadores da representatividade da taxa de retorno deste. Com isso, Piketty aponta a dependência existente entre as variáveis presentes na dita Primeira Lei Fundamental, onde a variação de qualquer uma destas não será em hipótese alguma independente às demais.

É importante também ressaltar que o autor entende a taxa de lucros como um dos componentes de r e não o único representante da variável. Tal entendimento será necessário para posteriores reflexões sobre pontos criticados neste sentido.

Em todo caso, a taxa de remuneração do capital mensura aquilo que ele rende ao longo de um ano, qualquer que seja a forma jurídica da receita (lucros, aluguéis, dividendos, juros, royalties, ganhos de capital etc.), e se expressa como uma porcentagem do capital investido. Trata-se, portanto, de uma noção de juros mais abrangente do que o conceito de “taxa de lucro” e bem mais ampla do que “taxa de juros”, ainda que leve ambas em conta (Piketty, 2014, p. 58).

Tratando agora da abordagem de taxa de crescimento da economia pelo autor, este segrega em sua análise o crescimento econômico e, conseqüentemente, razões pelas quais ele varia, em crescimento populacional e crescimento do produto per-capita.

O primeiro, vinculado à demografia, e que no contexto atual apresenta tendência de estabilidade - quando não, queda - estaria relacionado à queda da taxa de fecundidade e mortalidade infantil, enquanto o segundo, o qual reflete o caráter econômico do crescimento e estaria diretamente relacionado à

possibilidade de melhoria de condições de vida, é também influenciado pelo caráter demográfico do crescimento.

2.2 POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES

Piketty apresenta dados que embasam sua perspectiva futura quanto ao alto risco de divergência da distribuição de renda. Aponta que, historicamente, momentos com baixo crescimento econômico colaboram para o acúmulo de capital, ao ponto que a renda do passado nestes cenários ganha mais peso devido à relação com a poupança (como visto na equação que explicita r).

Mesmo deixando claro a incerteza das projeções apresentadas em seu estudo, devido aos fatores condicionais, que englobam desde decisões individuais e aplicações de políticas públicas até desenvolvimento tecnológico, o autor é confiante quanto aos resultados presentes como indícios de suas perspectivas sobre a intensa desigualdade na distribuição de renda no longo prazo.

A tese central deste livro é precisamente que uma diferença que parece pequena entre a taxa de retorno (ou remuneração) do capital e a taxa de crescimento pode produzir, no longo prazo, efeitos muito potentes e desestabilizadores para a estrutura e a dinâmica da desigualdade numa sociedade (Piketty, 2014, p. 80).

Esclarecidas, desta forma, as considerações de Piketty a respeito das variáveis que englobam a tese central de sua obra, a tendência de aumento da desigualdade, podemos partir para as sínteses das críticas e respectivas relações com a desigualdade fundamental, $r > g$.

3 N. GREGORY MANKIW EM: “YES, $r > g$. SO WHAT?”

3.1 SÍNTESE DA CRÍTICA

PhD em Economia pelo MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), professor de Economia na *Harvard University* e escritor de dois populares livros textos na área econômica, *Macroeconomics* (Worth Publishers) e *Principles of Economics*, Nicholas Gregory Mankiw, embasado pela escola Neoclássica (sua vertente econômica predominante) publicou na *American Economic Review*, em maio de 2015 seu artigo crítico à obra de Piketty.

Mankiw inicia suas considerações concedendo à Piketty todo reconhecimento no que se refere a objeto de estudo e metodologia da obra. Entretanto, destaca sua falta de persuasão quanto às conclusões do livro e a fragilidade dos argumentos. Para ele, “*A chain is only as strong as its weakest links, and several links in Piketty’s chain of argument are especially fragile.*” (Mankiw, 2014, p. 43).

De tal modo, o autor também encara como desafiadora a conclusão de Piketty ao considerar a relação $r > g$ um “espiral infinito de desigualdade”¹, no sentido de que a riqueza dos capitalistas crescerá mais rapidamente que a dos trabalhadores, constantemente e continuamente, e salienta que a simples relação $r > g$ deveria ser familiar na economia, considerando que esta relação acontece naturalmente, como uma condição de estado estacionário e onde o único problema poderia ser o oposto, $r < g$, o que significaria um acúmulo excessivo de capital, que pode ser melhorado com a redução da taxa de poupança, como argumenta Mankiw.

Outra objeção do autor à ideia do “espiral infinito de desigualdade” são os impasses encontrados para “perpetuar” a riqueza para os descendentes. O primeiro impasse é a necessidade de consumo dos herdeiros, que não está vinculada apenas às necessidades básicas como comida, abrigo etc. Sendo

¹ “Espiral infinito de desigualdade” refere-se à tendência de desigualdade que Piketty assume em sua obra fruto da relação $r > g$.

assim, para ele, um percentual plausível para o consumo, baseado em teorias e evidências, seria cerca de 3%, o que conduziria a uma taxa de retorno de $r=3$.

Um segundo impeditivo à perpetuação da desigualdade seria também a questão de descendentes, tendo em vista “*This would not be a problem for the wealthy patron if his heirs’ mating were perfectly assortative – that is, if they all married someone of equal wealth*”. (MANKIWI, 2014, p.43-44).

De tal forma, Mankiw propõe que é necessário considerar também que toda a riqueza será passada adiante, dividida de acordo com o número de descendentes. Logo, uma família típica em que há cerca de dois filhos por casal, o número de descendentes dobraria a cada geração. Considerando ainda a diferença de cerca de 35 anos por geração, o número de descendentes cresceria a uma taxa de 2% ao ano, segundo o autor. Portanto, se a taxa de acumulação da riqueza era até então $r=3$, com isso passaria a $r=5$ por descendente.

Ainda, uma terceira objeção para Mankiw seria a taxação mobiliária, que ocorre sobre a renda do capital e sobre a herança. Aqui o autor cita dados dos Estados Unidos como exemplo - onde a taxação é de 40% e no caso do estado de Massachusetts em que há uma taxa máxima adicional de 16% - se tem cerca da metade da riqueza de uma família sendo taxada uma vez a cada geração. Considerando novamente uma geração com duração de 35 anos, tal taxação reduzirá 2% da riqueza familiar por ano.

Além disso, o autor ressalta que o imposto sobre o rendimento do capital durante toda a vida do indivíduo reduz ainda mais sua fortuna, assume uma taxação de 2% neste caso, quando há um adequado planejamento financeiro. Desta forma, aplicando todos os descontos, seu estudo sugere que a riqueza cresce a uma taxa de aproximadamente $r=7$ por descendente.

Com isso, o autor sugere que para que a taxa de retorno do capital exceda a taxa de crescimento da economia a ponto de conduzir para um nível de desigualdade que aumentasse bruscamente no longo prazo, isso deveria ocorrer em pelo menos 7 pontos percentuais de diferença, o que estaria longe da evidência empírica. Vincula sua constatação à estimativa de uma taxa de retorno do capital proposta por Piketty, entre 4% e 5%, e a média da taxa de crescimento nos Estados Unidos como cerca de 3%. Corrobora, desta forma, a validade de

$r > g$, contudo, com r excedendo g em 2 pontos percentuais e não em 7 pontos, o que seria necessário para alcançar a proposta de Piketty.

O autor ressalta a necessidade de uma taxa de crescimento econômico negativa de 2%, se mantida estável a taxa de retorno do capital a 5%, cenário que deveria estar atrelado a um declínio permanente para realizar-se.

Com esses embasamentos, Mankiw acredita que o consumo, os herdeiros e os impostos dissolvem a riqueza de uma família ao decorrer dos anos, evitando assim, o domínio das dinastias de geração a geração.

Somado a isso, por meio de uma análise algébrica adicional - considerando como válida a sugestão de Piketty sobre a dinastia de acumulação de capital - Mankiw conclui que a condição $r > g$ aparece naturalmente, inferindo que mesmo sendo válida esta relação não há “espiral infinito de desigualdade” e sim um nível estável de desigualdade através da otimização do sistema capitalista, ao consumir o suficiente para que sua riqueza cresça mais rápido que a renda do trabalho. Resultando, desta forma, que o padrão de vida do capitalista está relacionado à quantidade de trabalhadores que este possui.

Com uma análise mais voltada para o âmbito político, o autor ressalta que podemos perceber que o nível de tributação está relacionado ao objetivo do Governo, e que, segundo seu ponto de vista, uma melhor maneira de alcançar a equidade é a tributação progressiva do consumo, que igualaria padrões entre capitalistas e trabalhadores, desencorajando a acumulação de capital. O que manteria, para ele, os capitalistas tão ricos quanto antes, entretanto os impediria de desfrutar completamente da riqueza.

Feitas suas considerações “contábeis” sobre a relação fundamental, Mankiw questiona finalmente o motivo pelo qual devemos nos preocupar com a desigualdade e critica Piketty por estender sua aversão pessoal por acumulação à sua teoria:

Why should anyone care if some families have accumulated capital and enjoy the life of the rentier? Piketty writes about such inequality as if we all innately share his personal distaste for it. But before we embark on policies aimed at reducing wealth inequality, such as a global tax on capital, it would be useful to explore why this inequality matters (Mankiw, 2014, p. 46).

O autor enfatiza a necessidade de entender os motivos por trás da desigualdade, citando como um bom referencial o movimento *Occupy Wall Street*. Acredita que o estilo de vida capitalista não deve ser um questionamento, já que no modelo neoclássico, os capitalistas ganham sua contribuição marginal para o processo produtivo e a acumulação de capital aumentaria a produtividade e a renda dos trabalhadores. Para ele, os conflitos existentes mostram-se frutos das disparidades de classe; de um lado pode questionar-se sobre ser uma questão de sorte ou não nascer em uma família com condições financeiras e, por outro lado, questiona-se o direito de um pai poder ajudar seu filho, quando se trata de direito de herança.

Desta forma, levando em consideração a proposta de Piketty quanto à tributação global do capital o autor nos estimula a questionar:

Would you rather be born into a world in which we are unequal but prosperous or a world in which we are more equal but all less prosperous? This would not be a problem for the wealthy patron if his heirs' mating were perfectly assortative – that is, if they all married someone of equal wealth (Mankiw, 2014, p. 46).

Ou seja, seria melhor nascer numa sociedade igualitária, mas sem oportunidades ou desigual com oportunidades de crescimento?

Mankiw levanta finalmente a desigualdade como uma ameaça à democracia e diz-se, diferente de Piketty, despreocupado neste sentido já que, segundo ele, os ricos têm partidários tanto de esquerda como de direita e mesmo em época de altos níveis de desigualdade, os Estados Unidos elegeram um presidente que se comprometeu a aumentar a taxaçoão aos ricos. Também usa como exemplo George Washington, Thomas Jefferson, John Adams e James Madison, pais da democracia norte-americana os quais eram milionários, parte dos 0,1% mais ricos do mundo, refletindo, com isso seu entendimento de compatibilidade entre a riqueza e a democracia. Entretanto, entende que quando a desigualdade da riqueza prejudica ideais políticos, tal problema deve ser contornado não com um imposto sobre o capital que afeta o crescimento, mas sim com reformas no sistema eleitoral.

Com isso, o autor não enxerga na desigualdade de renda um problema em si, assim como concorda com o apoio dos ricos aos seus herdeiros. Mas sim vê na sociedade o dever de ajudar àqueles menos afortunados através de políticas públicas voltadas à saúde e educação financiadas pela taxaço do consumo. Além de ajudar mais trabalhadores a se tornarem capitalistas, transpondo impedimentos à poupança, por exemplo, refletindo, desta maneira sua discordância a respeito do imposto global sobre o capital, não o considerando uma saída para acabar com as desigualdades entre pobres e ricos, mas sim como uma medida que diminuiria o padrão de vida de todos.

3.2 RELAÇÃO COM $r > g$

Dentre os pontos trazidos por Mankiw, o que se relaciona intimamente com a perspectiva de crescimento da desigualdade de renda para o atual século, é seu entendimento da necessidade de alcançar um nível superior de desigualdade para que a teoria de Piketty seja válida.

Desconta de r o consumo dos herdeiros (3%), o aumento do número de descendentes (2%) e a taxaço mobiliária (2%), o que no seu ponto de vista refletiria na necessidade de superação em 7 pontos percentuais da taxa de retorno do capital, comparado à taxa de crescimento, para que a tendência da relação fosse válida.

Diferentemente de Piketty, o autor entende a relação $r > g$ como uma tendência natural que tem se mantido e se manterá estável ao longo dos anos, sem comprometer a democracia e a desigualdade propriamente dita.

Mediante a isso, infere-se que o posicionamento do autor sobre a necessidade de concentração de renda para que haja crescimento, o que, além de refletir sua tendência neoclássica, limita outras possibilidades de análises que ultrapassem os resultados além dos que o aumento do PIB pode proporcionar.

Uma maior representatividade na crítica de Mankiw (diferente da maior parte das críticas aqui apresentadas) da abordagem sobre a solução através do imposto progressivo - a qual o autor entende uma maior efetividade se

direcionado ao consumo ao invés do capital - também fomenta seu ponto de vista de que é necessário concentrar para crescer.

4 DAVID HARVEY EM: “*AFTERTHOUGHTS ON PIKETTY’S CAPITAL*”

4.1 SÍNTESE DA CRÍTICA

Em artigo publicado na revista *Green Social Thought*, no inverno de 2015, David Harvey, o britânico marxista professor emérito de Antropologia e Geografia do *Graduate Center of the City of New York* apresenta sua crítica à obra de Piketty.

Após introduzir as principais ideias do livro objeto da crítica, Harvey frisa a ligação que acontece entre a obra e o livro de Karl Marx e como, em seu ponto de vista e também de acordo com o posicionamento de Piketty, não existe fundamento para tal analogia devido, principalmente, ao foco de cada uma das obras. Para Harvey, o livro de Piketty não trata de capital:

Piketty actually denies this was his intention, which is just as well since his is not a book about capital at all. It does not tell us why the crash of 2008 occurred or why it is taking so long for so many people to get out from under the dual burdens of prolonged unemployment and millions of houses lost to foreclosure (Harvey, 2015, p. 16).

Reforça, deste modo, que através de ferramentas estatísticas, Piketty tentou mostrar a tendência histórica do capital de produzir níveis de desigualdade, porém, que tal conclusão já teria sido alcançada por Marx, em seu primeiro volume de *O Capital*, fato este que, segundo o crítico, se trata de uma falha de Piketty, que assume não ter lido o exemplar mediante acusações de suposto marxista não declarado.

*Piketty fails to note this, which is not surprising since he has since claimed, in the face of accusations in the right wing press that he is Marxist in disguise, not to have read Marx’s *Capital* (Harvey, 2015, p. 16).*

Apesar de reconhecer o bom trabalho relacionado à construção da base de dados de Piketty, Harvey questiona a frágil abordagem sobre os reais motivos das tendências de desigualdade observadas. Principalmente, no que se refere ao uso de literatura popular por Piketty (Jane Austen e Balzac -no sentido de que qualquer não especialista seria capaz de compreender) para derivar uma lei matemática com o intuito de explicar o que se passa. Explica que o crescimento da acumulação de riqueza pelos 1%, significa também que a taxa de retorno do capital (r) sempre superará a taxa de crescimento da economia (g) - a contradição central do capital, segundo Piketty.

Porém, Harvey entende como inconclusa a origem de tal contradição, pois não acredita que este tipo de análise estatística faça parte de uma explicação adequada, sugerindo ainda uma explicação marxista no sentido de vincular tal desequilíbrio ao descompasso de forças entre trabalho e capital.

Ainda com fundamentação marxista, ao analisar o declínio da renda do trabalho desde os anos 1970 (entendendo este como fruto da decadência política e do poder econômico do trabalho) o autor reforça a tendência do sistema capitalista em diminuir salários até o ponto em que o mercado não absorveria o que o capital produzisse.

Com isso, Harvey ressalta que muitos acreditavam que a falta de demanda efetiva sustentara a Grande Depressão dos anos 1930, inspirando políticas expansionistas keynesianas após a Segunda Guerra Mundial e resultando na redução de desigualdade de renda diante ao extremo crescimento impulsionado pela demanda. Entretanto, tal solução baseou-se em relativo empoderamento do trabalho e na construção do chamado Estado Social, de Piketty, financiado pela taxação progressiva. Salienta, entretanto, que no período de 1932 a 1980 a maior taxa de imposto de renda foi de 82% e nem por isso mostrou-se uma forma de segurar o crescimento.

Mudanças ao final dos anos 1960, como a inversão para o lado da oferta e a perda de representatividade de Keynes, foram, para Harvey, reflexo de uma resposta ao excessivo poder que o trabalho vinha tomando, que os capitalistas enxergaram como ameaçadora. O autor ainda aborda que depois de 1980, altas taxas de imposto e ganhos de capital nos Estados Unidos foram reduzidas, o que favoreceu o aumento de renda dos 1% mais ricos. Entretanto, que o impacto

no crescimento mostrado por Piketty foi desprezível. O que demonstra, segundo Harvey, que não é notado o “efeito-contágio”² para os pobres em beneficiar os ricos, conclusão esta alcançada via análises políticas e fundamentação matemática.

Harvey acredita que Piketty tenha ignorado a questão da demanda, que mostrou sua importância na década de 1990, com uma expansão de crédito e a extensão do financiamento em mercados *sub-prime* e que a formulação matemática de Piketty não expõe coerentemente a política das classes sociais. Com isso, o autor aponta que o equívoco de Piketty foi não encarar o capital como um processo, mas como um objeto.

There is, however, a central difficulty with Piketty's argument. It rests on a mistaken definition of capital. Capital is a process not a thing. It is a process of circulation in which money is used to make more money, often, but not exclusively, through the exploitation of labor power (Harvey, 2015, p. 17).

A definição de capital para Piketty como estoque de todos os ativos (de indivíduos a corporações) que podem ser comercializados, independentemente de estarem em uso ou não, dificulta a determinação de valor dessas coisas, por uma questão de dificuldade técnica, pois não há solução acordada quanto à forma de cálculo. O autor considera que para calcular uma taxa de retorno *r* significativa, devemos ter uma forma de valorar o capital inicial, mas que infelizmente inexistia uma maneira de se fazer isso desconsiderando o valor das coisas e serviços que são usados para produzir ou por quanto ele pode ser comercializado no mercado.

Harvey ainda afirma que o pensamento neoclássico, escola base do pensamento de Piketty, se apoia em uma tautologia e acrescenta que a taxa de retorno do capital é dependente da taxa de crescimento da economia, pois o que valoriza o capital é o que ele próprio produz e não o que entrou no seu processo produtivo.

² Efeito-contágio pode ser entendido como a perspectiva neoclássica de que efeitos de redução da taxa dos mais ricos aumentam a taxa de investimento, consequentemente, o nível de emprego.

Para Harvey, se subtraídos os imóveis e a habitação do capital, então a explicação de Piketty sobre a disparidade de renda e riqueza se perderia, ainda que seus estudos sobre desigualdade no passado, e até então, possam ser reais. Assim, ativos que não estão em uso produtivo, seja terra, dinheiro, equipamentos, entre outros, não podem ser considerados capital. E se a taxa de retorno do capital que está sendo usado está alta, isto deve-se à parte do capital que não está circulando. Ou seja, se restrita, a oferta de capital a novos investimentos é uma garantia de elevadas taxas de retorno do capital em circulação.

Para o autor, isto é uma tática de todo o capital para manter uma alta taxa de retorno, e é exatamente o que sustenta a tendência da taxa de retorno do capital superar a taxa de crescimento da economia, como garantia de auto reprodução do capital e da vida da classe capitalista.

Harvey finaliza sua crítica reconhecendo o trabalho árduo de Piketty com os conjuntos de dados utilizados, mas ratifica sua ineficiência em apresentar razões reais da desigualdade e das tendências oligárquicas observadas. Acredita que suas propostas de soluções para a desigualdade são utópicas e ingênuas. Desta forma, não considera a obra de Piketty um modelo do capital no século XXI, o que, segundo ele, só poderia ser alcançado com um moderno equivalente marxista ou com o próprio original.

4.2 RELAÇÃO COM $r > g$

Ainda que Harvey entenda como válida e aplicável a desigualdade $r > g$, assim como a crítica anterior (Mankiw), entende que esta reflete uma tendência natural do capitalismo. Além disso, percebe-se que a concepção de capital de Piketty é ponto principal da crítica de Harvey no que se refere à esta relação.

O autor entende que a inclusão de qualquer forma de ativo que não esteja em uso produtivo (seja como integrante do processo produtivo ou como produto final) fomenta a taxa de retorno do capital de forma que a distancia da taxa de

crescimento da economia. Ou seja, traz para a relação uma superestimação das consequências na desigualdade de riqueza e renda.

5 JAMES K. GALBRAITH EM: “*EL CAPITAL EN EL SIGLO XXI.*”

5.1 SÍNTESE DA CRÍTICA

Filho do renomado economista John Kenneth Galbraith, o também economista partidário, predominantemente, da escola econômica Institucionalista, e professor na Universidade do Texas, James Kenneth Galbraith teve sua resenha crítica à obra de Thomas Piketty publicada na *Revista de Economía Institucional*, em 2014.

A necessidade de quantificar trabalho e capital e a dificuldade em mensurar o último mostram-se empecilhos e é neste ponto onde Galbraith começa sua crítica direta à obra de Piketty, que em sua percepção mostra-se adepto a preceitos neoclássicos e considera o capital como uma aglomeração de objetos físicos, recorrendo à questão de mensuração do capital como quantidade.

Para isso, Galbraith explica, como já vimos em críticas anteriores, que Piketty aglomera e valora todas as formas de riqueza, incluindo terra e habitação, sendo estes produtivos ou não, desconsiderando apenas capital humano devido à impossibilidade transacional. Depois calcula o valor de mercado do total, como medida financeira e não física. Galbraith acredita que tal forma de valoração pode causar equívocos devido à boa parte das análises de Piketty tratarem da relação capital/renda, relação esta que para Galbraith está intrinsecamente relacionada ao fluxo de valor do mercado.

Por ejemplo, cuando describe el desplome de la relación capital/ingreso en Francia, Gran Bretaña y Alemania después de 1910, se refiere solo en parte a la destrucción física de equipo de capital. Durante la Primera Guerra Mundial casi no hubo destrucción física en Gran Bretaña, y la que hubo en Francia se exageró enormemente en esa época, como demostró Keynes en 1919. Hubo muy poca en Alemania, que estuvo intacta hasta el final de la guerra. (Galbraith J. K., 2014, p. 346)

A questão é que, para Galbraith, tais variações na relação capital/renda observadas por Piketty foram em grande parte devido à receita adicional produzida pela mobilização da guerra, com relação ao valor de mercado, cujos ganhos foram limitados ou diminuíram durante e depois da guerra. Quando houve, posteriormente, uma queda dos ativos durante a Grande Depressão, não foi propriamente capital físico que se desintegrou, mas sim seu valor de mercado. Assim, é notório que mudanças físicas se distinguem de mudanças de preço; acontece que na percepção do autor, Piketty não as diferenciava e as tratava como se alterações de preços e alterações físicas fossem frutos da mesma coisa.

A atribuição por Piketty da relação $r > g$ a uma lei fundamental reflete para o autor novamente o foco em volumes físicos do capital, que em sua concepção realmente aumentam período a período, mas o que a relação em si mede não são volumes físicos, mas financeiros. Além disso, para o autor, Piketty não mostra a origem da taxa de retorno do capital, salientando que os neoclássicos dedicam sua origem à produtividade marginal do capital, que desta vez deve ser olhado como físico, porém, restrito a uma abordagem teórica onde o capital físico depende de uma taxa de rendimento tecnológico que já foi tombada pela crítica de Cambridge, entre 1950 e 1960, como cita:

Pero el esfuerzo por construir una teoría del capital físico con una tasa de rendimiento tecnológico se derrumbó hace mucho tiempo bajo el ataque fulminante de las críticas procedentes de Cambridge, Inglaterra, en los años cincuenta y sesenta, en especial de Joan Robinson, Piero Sraffa y Luigi Pasinetti (Galbraith J. K., 2014, p. 347).

A abordagem de Cambridge de Piketty teria sido equivocada para o autor, pois aquele direcionou seu foco a Keynes e as flutuações, debatendo em torno do conceito de capital físico e dos ganhos resultantes da função de produção.

Sendo o que a crítica de Cambridge realmente propõe é que não há conexão entre o enriquecimento de países mais ricos e a utilização de capital, defendendo tal conquista devido ao aperfeiçoamento técnico, à instalação de infraestrutura e educação, e à segurança social. Não havendo, desta forma, uma

relação com o capital físico de Solow ou com uma medida de capitalização nos mercados financeiros.

Galbraith também aborda em sua crítica o fato de Piketty considerar válidas e utilizar apenas registros tributários (de países ricos, dentre eles, França, Estados Unidos e Canadá). Dados estes que o autor não considera como fonte única de resultados de desigualdade, a exemplo de seu trabalho onde usou registros de folha de pagamento e atingiu resultados semelhantes aos apresentados em *O Capital no Século XXI*, como salienta.

Tal convergência encontrada no padrão de distribuição de renda mostra-se relevante para o autor pois desmascara o caráter natural da evolução da distribuição de renda, visto que as estruturas de salários variam muito menos que a renda baseada nos ganhos do capital, da onde a maior parte da desigualdade advém.

A estrutura necessária para basear-se em dados de impostos de renda e o rígido sistema fiscal dos Estados Unidos são para o autor fatores para não confiar nas análises que envolvem apenas dados oriundos de registros de impostos de renda “*Los registros tributarios son útiles, pero es un error tratarlos como escritos sagrados*”. (Galbraith, 2014, p. 351).

Galbraith defende que *O Capital no Século XXI* encara o capital não do ponto de vista neoclássico como um fator de produção, nem do ponto de vista marxista, mas sim se ocupa em valorar os ativos tangíveis, a distribuição destes ao longo do tempo e a herança. Valoração esta ligada ao poder, ao que Piketty chama de capitalismo patrimonial que não é o capitalismo real. Uma abordagem muito mais financeira do que física.

Desta forma, para Galbraith, o mais pertinente em um contexto de desigualdade social seria lesar os ricos. Contudo, o imposto sugerido por Piketty não distingue as finalidades da riqueza, ou seja, não distingue se a fortuna apresenta ou não utilidade social. De qualquer modo, o autor ressalta que taxar a fortuna mundial demandaria uma base tributária nova, o que é utopia como reconhecido por Piketty.

Galbraith (2014, p.353) define Piketty como um “*democrata comum que defende o bem estar social a la manera del New Deal*”. Contudo, salienta que o

autor dedicou poucas páginas a este estado de bem-estar, tratou pouquíssimo de bens públicos, concentrando-se em impostos. Ainda, discorda sobre a funcionalidade atual deste tipo de ação, além do incentivo à sonegação que tal taxaçoão acarretaria. Para ele, se a taxa de rendimento do capital é muito alta a soluçoão seria diminuí-la, como proposto no trecho a seguir:

Si el meollo del problema es una tasa de rendimiento de los activos privados demasiado alta, la mejor solución es reducir esa tasa. ¿Cómo? ¡Eleva el salario mínimo! Así disminuye el rendimiento del capital proveniente del trabajo con bajos salarios. ¡Apoyar a los sindicatos! ¡Gravar las ganancias de las corporaciones y las rentas personales de capital, incluidos los dividendos! ¡Reducir la tasa de interés que hoy se exige a las empresas! Y hacer todo esto creando nuevas entidades públicas y cooperativas de crédito para sustituir a los megabancos zombies de hoy en día. (Galbraith J. K., 2014, p. 354)

Com relação à taxaçoão de heranças, o autor considera que Piketty a defende por razões equivocadas. Tais razões deveriam estar relacionadas a evitar a formação de dinastia e ao direcionamento filantrópico que a taxaçoão das doações promoveria. Entretanto, salienta que diferente da taxaçoão do capital, a taxaçoão da herança mostra-se viável, pois ela acontece apenas uma única vez, com a morte do proprietário da renda.

Galbraith finaliza sua crítica dando reconhecimento às informações trazidas por Piketty em O Capital no Século XXI, como os fluxos de renda, transferência da riqueza e a distribuição de recursos em algumas partes do mundo, porém não enxerga o livro como um guia político sólido, assim como, segundo ele não é munido de teoria como sugestão do título e de toda sua repercussão.

5.2 RELAÇÃO COM $r > g$

Ao apresentar a relação fundamental de Piketty, $r > g$, Galbraith levanta o fato desta remeter a mensuração de volumes físicos, mas na realidade tratar-se de uma valoraçoão financeira, o que, em seu ponto de vista, não relaciona-se a

abordagem keynesiana nem a abordagem marxista, mas sim está direcionada à mensuração do poder, seja ele político ou econômico e tendo em vista a concepção de capital por Piketty que remete, segundo Galbraith, ao capitalismo patrimonial e não ao capitalismo real.

Apesar de em seu artigo o autor abordar, como a maior parte dos outros autores aqui apresentados, os tipos de ativos que compõem o capital para Piketty, diferente destas críticas, seu foco é a forma como é valorado esse capital, ou seja, o capital como dependente do valor de mercado e das condições do mercado financeiro, o que sem dúvidas se descola do valor real dos ativos, tornando sua abordagem muito mais financeira do que física. Além disso, o autor entende que na obra de Piketty a noção de que variações no volume de ativos e em seus preços são abordados como movimentos iguais.

A validade da relação $r > g$ é reconhecida por Gabraith, inclusive quando compara os resultados de suas pesquisas de distribuição de renda com os resultados de Piketty, como apresentado na síntese, entretanto, infere-se que a maneira como é realizada a valoração do capital (avaliação de mercado financeiro) pode oscilar a posição da desigualdade na expressão.

6 KATHRYN MOELLER EM: “A *CRITICAL FEMINIST AND RACE CRITIQUE OF THOMAS PIKETTY’S CAPITAL IN THE TWENTY-FIRST CENTURY*.”

6.1 SÍNTESE DA CRÍTICA

Professora adjunta do Departamento de Estudos de Política Educacional da *University of Wisconsin-Madison*, em Madison, nos EUA, Kathryn Moeller é feminista e tem seu PhD na área de estudos de gênero, mulher e sexualidade, conceitos estes utilizados para elaboração de sua crítica à obra de Thomas Piketty.

Publicado em julho de 2016 no jornal *British Journal of Sociology of Education*, o artigo de Moeller procura revelar quem está incluído e excluído na proposta de taxação progressiva de Piketty e, principalmente, qual seria o impacto sobre a desigualdade (gênero, cor e geográfico) da sua proposta de redistribuição de lucros corporativos, já que a seu ver, o autor generaliza tanto na solução que apresenta (taxação global), quanto na neutralidade da aplicação característica de sua análise.

Após discorrer sobre o livro e as propostas de Piketty, a autora direciona sua crítica ao entendimento do autor ao que tange o capital corporativo, destacando a situação feminina em momentos de recuperação econômica e enfatiza que, diferente das corporações, a desigualdade continua sendo refletida em aspectos de saúde, educação e emprego das mulheres e meninas marginalizadas. Como segue:

While many corporations and the wealthiest Americans have long since recovered from the global recession, marginalized girls and women throughout the world continue to be disproportionately affected by its prolonged nature in terms of their access to quality education, fair employment, safe healthcare, quality food, and secure infrastructure (Moeller, 2016, p. 812).

Compara ainda a situação de recuperação do trabalho feminino ao masculino em situações de pós-crise, afirmando que mesmo tendo sido os homens os mais prejudicados de imediato com uma taxa mais elevada de desemprego nesses períodos, as mulheres são as que mais sofrem para voltar ao mercado e, consequentemente, as que mais recorrem ao trabalho informal para complemento de renda, além de fundamentarem a base do trabalho doméstico, o que converge para problemas de saúde relacionados ao estresse e à obesidade.

Com isso, mesmo considerando como falha o fato de Piketty não considerar questões de gênero e raça em sua proposta, Moeller considera pragmática sua alternativa para a acumulação de capital, vendo como objetivo final a distribuição equitativa dos fundos que beneficiariam mulheres e crianças. Contudo, não esquece de apontar a utopia da proposta e ressalta que a fundamentação dessa desigualdade deveria partir de uma observação do fato como fruto do capitalismo sustentado por mulheres e crianças e das consequentes privações que estas estão sujeitas.

Como crítica à aplicação de política universal, a autora entende que tais políticas ditas universais são direcionadas a trabalhadores brancos e homens. Padrão este que exclui todos os demais dos benefícios, além de trazer impactos negativos para a desigualdade.

Com isso, o objetivo de taxação de capital corporativo de Piketty não promoveria mudanças nas estratégias de acúmulo de capital das empresas, devido à inexistência da preocupação com a questão de gênero, raça e distribuição geográfica, o que em alguns casos, alimentam o crescimento das empresas, como aborda a autora. Assim, a obra de Piketty identificaria a existência da desigualdade como um subproduto arbitrário do capitalismo, não apresentando quais forças implicam neste cenário.

Adicionalmente, a autora critica a visão de Piketty de que a desigualdade não é inerente ao capitalismo, o que para a mesma seria evidente. O que sustenta a necessidade de entender a origem das desigualdades que foram criadas em algum momento, ou seja, o aspecto social do surgimento destas, não devendo ser tratado de forma única, consequência apenas de um desequilíbrio, $r > g$, como Piketty sugere.

Considerando ainda que em sua análise Piketty encara como distinção única entre trabalhador e dono de capital a detenção de riqueza pelo último, Moeller sugere que a abordagem e, principalmente, a solução para desigualdade torna-se desprovida de embasamento à medida que não tenta explicar como e porque a desigualdade é disseminada de formas diferentes, variando de região para região, assim como, de etnia para etnia, raça para raça etc. De modo geral, a autora percebe que a omissão desses detalhes compromete as soluções universais propostas em *O Capital no Século XXI*.

Analisando como as diferenças raciais e de gênero estão presentes no capitalismo desde seu princípio, a autora destaca que este surgiu e se desenvolveu com base na divisão de raças abrindo caminho para a criação de impérios coloniais que se apropriaram de terras, mão-de-obra e matéria-prima. Entretanto, lamenta a manutenção no sistema capitalista, que diferente do sistema colonial, período o qual foi criado, persiste até a atualidade como influência do desequilíbrio entre capital e trabalho.

Moeller fortalece sua crítica alegando que o autor não realizou uma análise coerente, pois não explica as diferenças raciais no nível de renda transformadora que seria aquela que, diferente do capital de subsistência, possibilitaria a multiplicação do capital. Aponta também estudos que vinculam a ascensão e sustentação do capitalismo através de questões de gênero, consequência da existência de uma nova divisão de trabalho, onde há uma subordinação e exclusão feminina do trabalho assalariado, que ajudariam a entender o cenário atual da desigualdade de gênero, discordando de Piketty no entendimento de que não há justificativa para a desigualdade e que para ela a questão principal é entender por quem ao longo do tempo esta se fez justificável.

No que se trata de taxação global de capital e redistribuição equitativa de receitas proposta por Piketty, Moeller conclui que perante tudo foi abordado relacionado a diferenças históricas e raciais, colocar em prática sua proposta se tornaria uma tarefa difícil. Para a autora, a taxação global combateria práticas desonestas por parte das empresas, sua redistribuição se tornaria injusta, visto as diferenças já abordadas; afetando assim, aspectos sociais, como divisão do trabalho, educação, entre outros, ressonando diretamente na vida de meninas e mulheres.

Indo mais a fundo no papel da mulher no trabalho, a autora indica que a mudança na divisão do trabalho, que se deu a partir da década de 1970, assistida por acordos como Acordo de Livre Comércio da América do Norte, direcionou as ambições do mercado para um padrão ideal do trabalhador o que refletiu no perfil da mulher trabalhadora, aquela jovem, solteira e sem filhos (que diferente disso seria dispensada), além da caracterização da mão-de-obra feminina como atenta e assertiva e corroborou para uma capitalização tardia, por não ser formada por todos os tipos de diferenças aqui mencionadas.

Assim, a autora conclui que a proposta de Piketty não engloba as facetas sociais e sugere que uma transformação no meio de produção seria uma solução viável, assim como, uma análise baseada em gênero e raça. Desta forma, se aplicável, a solução do autor (taxação global) não sanaria realmente a desigualdade por ser considerada neutra e universal, mesmo que baseada em detalhes, não podendo assim ser simplesmente disseminada.

6.2 RELAÇÃO COM $r > g$

A crítica de Kathryn Moeller foi incluída neste trabalho devido a sua origem acadêmica divergente do âmbito das ciências econômicas. Diferentemente dos demais autores aqui apresentados, sua abordagem não envolve crítica à concepção do que Thomas Piketty entende ou não por capital, menos ainda questões macroeconômicas relacionadas ao processo de derivação de uma determinada variável. Apropriando-se da relação fundamental de Piketty, $r > g$, e entendendo-a como verdadeira, aponta falhas relacionadas às formas de solução do problema de distribuição de renda, embasadas por uma necessidade de análise étnica, geográfica e de gênero que não teriam sido levadas em consideração pelo o autor.

Moeller não enxerga efetividade na solução da questão da distribuição de renda através da proposta do imposto progressivo por Piketty, devido à ausência da abordagem das diferenças citadas acima e, principalmente, da elaboração da proposta baseada num indivíduo padrão: caucasiano e do gênero masculino.

Desta crítica emergem questionamentos relacionados à vinculação do problema de desigualdade de renda a uma relação matemática, como também à forma como o autor entende que ela deve ser solucionada, que acaba passando por cima dos fatores sociais e reais fundamentais para o entendimento do tema.

7 GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY EM: “THOMAS PIKETTY’S HISTORICAL MACROECONOMICS: A CRITICAL ANALYSIS.”

7.1 SÍNTESE DA CRÍTICA

Membro do conselho editorial do *Actuel Marx* e professor na Universidade de Paris, o economista francês Gérard Duménil, em parceria com o também economista Dominique Lévy publicaram um artigo crítico à obra de Thomas Piketty na *Actuel Marx*, em 2014.

Os autores marxistas introduzem sua crítica trazendo a tentativa de analogia que existe entre a obra de Piketty e o *Capital*, de Karl Marx. Ressaltam que, apesar da relação imediata que as pessoas tendem a fazer com a obra sendo literalmente “O Capital” do século XXI, os objetivos de cada um dos trabalhos são completamente diferentes, e, principalmente, seus focos.

Enxergam a abordagem de Piketty muito mais limitada, já que segundo os autores sua análise da tendência da distribuição de riqueza não enxerga o capital como fruto de um processo produtivo explorador de recursos, tendo como única inovação a completa abordagem histórica que realizou, principalmente no que se refere à utilização de dados ao longo dos anos, porém, com um viés muito mais gerencial e empresarial do que com foco nas classes, atuando objetivamente na análise da riqueza e não do capital.

Desta forma, os autores conduzem sua crítica no sentido de explicitar as tentativas não virtuosas da abordagem histórica do capitalismo por Piketty, bem como mostrar propostas diferentes ao que foi observado.

Logo, a respeito do que Piketty denomina de Primeira Lei³ : $\alpha = r \times \beta$, onde α é a parcela da renda do capital na renda nacional, r é a taxa de retorno do capital e β é a relação capital/ renda, os autores afirmam que tal relação não passa de uma identidade com relações aplicáveis para qualquer definição entre as três

³ É importante ressaltar que as definições presentes na Primeira Lei do Capital, assim como, conceitos envolvendo a Segunda Lei do Capital estão expostos no segundo capítulo deste estudo, de acordo com a análise encontrada na obra de Thomas Piketty.

variáveis Π , Y e K em $\Pi/Y = (\Pi/K) \times (K/Y)$, onde Π são os lucros, K é a riqueza total e Y é renda nacional.

Destacam também o fato da forma como Piketty coloca a expressão $\alpha = r \times \beta$ e como esta poderia ser interpretada simplesmente como a fórmula da taxa de lucros⁴, e não uma “Lei”, caso disposta de maneira diferente, como $r = \alpha/\beta$.

Abordam também o que Piketty denomina Segunda Lei do Capital, o que para eles deveria ser denominada Segunda Lei da Riqueza, onde é tratada a igualdade $\beta = s/g$, em que β é participação da riqueza na renda nacional, s é a taxa de poupança e g é a taxa de crescimento. Os autores consideram a igualdade formalmente correta, contudo salientam a importância de reconhecer como reveladora de características de um equilíbrio assintótico⁵.

It is first necessary to emphasize that the relationship $\beta = s/g$ accounts for the features of an asymptotic equilibrium. Each of the two variables, the stock of wealth and national income, of which β is the ratio, follows its own historical dynamics: (i) National income grows at an exogenously given growth rate, g ; and (ii) At each period, savings (national income minus consumption) are added to the existing wealth stock. It is easy to show that, independently of the initial value of wealth, these two dynamics result in the asymptotic convergence of β toward s/g (an equilibrium value. (Duménil & Lévy, p. 168)

Desta forma, esclarecem que no quadro proposto por Piketty, a riqueza cresce apenas como resultado da poupança e β cresce à mesma taxa que o produto da economia. O que condiciona, s e g , como constantes ou quase invariáveis, segundo os autores.

Entrando numa crítica com viés empírico, os autores questionam a posição de Piketty ao considerar que há maior variação nos resultados da taxa de crescimento do que na taxa de poupança dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial, expondo gráficos onde a relação oposta (taxa de poupança supera a taxa de crescimento) é nítida. Além disso, a não coincidência entre a proporção das tendências de s e g (como seria o que se esperar, como citado

⁴ Importante entender que Piketty não define r como taxa de lucro na sua teoria. Ao contrário, como apresentado nos capítulos 1 e 2 entende que a taxa de lucro como um dos componentes de r .

⁵ Equilíbrio assintótico para os autores remete à independência das taxas de variação das variáveis relacionadas na equação, que convergem em algum momento para uma mesma taxa de equilíbrio.

acima) derruba a ideia de que tais variáveis são constantes; não havendo evidência empírica, os autores ressaltam que o modelo não é válido.

There was no point in expecting a strict coincidence as the manifestation of the law is subject to shocks, but it appears that β and s/g , actually, have nothing in common. The main reason is that the assumption of constant values of s and g is not confirmed by empirical observation or, more rigorously, that parameters s and g vary more rapidly than the variable, β , thus invalidating the model (Duménil & Lévy, p. 168).

Outro ponto criticado, como parte de uma interpretação alternativa ao que foi proposto por Piketty foi o não protagonismo do capital fixo suas análises. Eles consideram que as relações financeiras recíprocas entre famílias e instituições (o dúbio papel que muitas vezes essas podem exercer), se canceladas, podem dar às instituições e aos mecanismos financeiros função de intermediárias. Para eles, é necessário realizar uma consolidação, onde a riqueza nacional passa a ser todos os componentes que não desaparecem nesse processo. Os autores sugerem um modelo alternativo com preços derivados dos seus preços de mercado ao invés de seu valor contábil (valor interno das empresas). Trazem o exemplo dos Estados Unidos, que após esta consolidação observaram uma constância no valor dos ativos, mostrando assim, como esse tipo de análise simplifica a observação em que apenas uma estimativa do capital fixo das empresas é necessária para obtenção do valor de β , o que reflete a capacidade do modelo para explicar o aumento de β no final do século XIX, além do declínio pós Primeira Guerra. Assim, para os autores, trabalhando de maneira consolidada, a participação de capital fixo na renda nacional mostra-se de forma satisfatória, mudando ao longo do tempo de acordo com questões tecnológicas e organizacionais e não estão atreladas a questões macroeconômicas, como aborda Piketty.

No que se refere à crítica do padrão histórico do grande U⁶ de Piketty os autores defendem que o colapso vinculado à queda do componente doméstico do capital da França e Reino Unido não fica claro na abordagem do autor. Para eles, Piketty não se refere à análise entre guerras com resultados convincentes

⁶ O grande U reflete a sequência de fases decrescentes, baixas e crescentes na variável β .

dos possíveis impactos e ainda ressaltam que qualquer análise num período tão grande de tempo, marcado por incertezas, seria complicada.

Tratando do movimento do retorno do capital (o momento decrescente do grande U), os autores ressaltam que nas análises de Piketty os dados são praticamente europeus, com destaque para o aumento do valor habitacional que, em suas interpretações para uma explicação concisa do autor não poderia ser levado em consideração o seu pressuposto de crescimento vinculado à poupança, já que se tratam de terras e habitações na análise.

Com relação a um dos pontos mais criticados e, sem dúvidas, o mais abordado na obra de Piketty, a desigualdade, os autores reconhecem que a relação fundamental, $r > g$, pode explicar níveis de desigualdade, entretanto, não enxergam o fator de crescimento ilimitado na variável r . Além disso, ressaltam também que o autor foi negligente ao considerar r e g como exógenos e independentes, pois há uma articulação improvável entre o aumento ilimitado da desigualdade e a igualdade nas taxas de crescimento (de s e g).

Actually, the explanatory power of the relationship between r and g is not the one assumed by Piketty. For the growth of wealth inequality, one must substitute its level. Wealth inequality is all the more elevated than r is larger than g . For example, Piketty establishes a link between wealth inequality and the transmission of wealth by inheritance, comparing the wealth stocks following from the income generated by a life of work to the stocks garnered by inheritance (p. 26) (Duménil & Lévy, p. 167).

Para eles, a interpretação de desigualdade é muito mais dedutiva e óbvia, onde aqueles que possuem mais riqueza conservam mais e são beneficiados com uma maior taxa de retorno, o que alimenta a concentração no capitalismo.

Under such assumptions, a concentration of wealth to the advantage of the wealthiest fraction of the population follows along a trajectory converging toward a situation in which the entire national wealth would be owned by this favored minority, the asymptotic equilibrium of the model. This outcome (the hyper-concentration of wealth) also reveals the limited relevance of this approach. There is no doubt that capitalism potentially embodies such tendencies toward the concentration of wealth (evocative of Marx's 'concentration of capital'), but a theory of counter-tendencies is required (Duménil & Lévy, p. 167).

Duménil e Lévy concluem sua crítica com um tópico denominado “*The Poverty of Piketty’s Economics of Wealth*”, que expressa claramente sua conclusão sobre a obra. Para eles seria impossível construir uma teoria geral de acumulação de riqueza a partir de modelos macroeconômicos, já que dimensões muito mais complexas estão envolvidas neste processo.

7.2 RELAÇÃO COM $r > g$

A desigualdade $r > g$ é vista com uma certa obviedade pelos autores, que vinculam essa superação de r à capacidade que os proprietários de capital têm de acumular através da poupança. Ainda, não relacionam os elevados valores da taxa de retorno do capital como responsáveis por um aumento ilimitado, como sugerido por Piketty, na desigualdade de riqueza e renda, embora enxerguem relação entre níveis elevados de r e a existência de desigualdade. Ou seja, invalidam o ponto de espiral infinito de Piketty.

Vale ressaltar que, assim como na crítica de Shaikh aqui apresentada, os autores tenderam a interpretar r como taxa de lucro, o que destoa do conceito de r proposto por Piketty.

8 ANWAR SHAIKH EM: “*INCOME DISTRIBUTION, ECONOPHYSICS AND PIKETTY.*”

8.1 SÍNTESE DA CRÍTICA

PhD em Economia pela *Columbia University* e professor no Departamento de Economia da *New School*, o marxista Anwar Shaikh teve seu artigo crítico à obra de Piketty publicado no outono de 2016, na *Review of Political Economy*.

Para rebater os pressupostos de Piketty em que, devido a relação $r > g$, os ganhos da propriedade crescem a um ritmo maior que a economia, o autor utiliza em sua crítica dois fatores como argumento: o aumento da participação dos lucros e o grau de financeirização do capital. Para o autor a desigualdade na era neoliberal deriva da diminuição da participação salarial e aumento da financeirização devido ao desgaste dos controles financeiros e, diferente de Piketty que enxerga na relação $r > g$ uma tendência infinita, defende a possibilidade de recuperação desta “alocação” devido à natureza social e política desses resultados.

Shaikh embasa empiricamente a discussão sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho e da propriedade trazendo a distribuição econométrica de cada um deles. Argumenta que os 97-99% da renda derivada do trabalho segue distribuição exponencial, os 1-3% referente à renda da propriedade segue uma distribuição de Pareto. Também expõe a constatação de seu trabalho, onde as rendas relacionadas ao ganho do trabalho possuem distribuição exponencial e apresenta a própria conclusão de Pareto, de 1897, com relação à renda da propriedade.

O autor apresenta um método de combinação da renda das duas classes, para a aproximação de um índice de Gini Global, o qual vincula um coeficiente de Gini fixo para parte da renda com distribuição exponencial (0,50 para renda individual e 0,375 para cada duas pessoas da mesma família) e um termo fixo para representar a parcela que segue a distribuição de Pareto (renda do capital). Desta forma, tendo um Gini global como uma relação linear entre o Gini

resultante da renda com distribuição exponencial e do termo dependente exclusivamente da renda maior, que, segundo o autor, apresentou um excelente ajuste com dados reais. Tal relação foi abordada por Shaikh como EPTC (*Econophysics Two-Class*) e representada como:

$$G = G' + f(1-G').$$

Assim, por meio de gráficos relacionando probabilidade e as faixas de renda abaixo e acima de U\$200.000, Shaikh demonstra que para o primeiro grupo (abaixo de U\$200.000), houve uma distribuição em escala log-linear e para o segundo (acima de U\$200.000), uma distribuição de escala log-log. O autor salienta a dificuldade de dados completos de renda, tanto as derivadas do trabalho como às de propriedade ou alta renda executiva. Argumenta que o IRS não consegue vincular a distribuição exponencial à renda do trabalho, justamente pela ausência de fonte de origem das rendas declaradas, assim como a CPS (*US Census Bureau Current Population Survey*) é restrita quanto à documentação da renda de propriedade devido à codificação de seus dados. Contudo, novamente a evidência empírica exposta pelo autor através de gráficos que abrangem diferentes períodos ao longo dos anos (o primeiro de 1996 a 2002 e o segundo de 2003 a 2008) com dados do CPS, os quais comparam as distribuições reais com rendimentos log-lineares dos Estados Unidos corroboram a teoria, revelando, inclusive os “outliers” que representam a renda de propriedade. Ressaltando que a fórmula geral de Gini é em função da parte da renda derivada da propriedade, como exposta anteriormente na equação e a da qual deriva a desigualdade de renda.

Shaikh analisa também a mudança na composição da relação capital/trabalho nos Estados Unidos entre o pós-primeira guerra e o início do liberalismo, através dos dados do coeficiente de Gini proveniente do censo e rendimentos por fonte, por meio de dados agregados do IRS e Departamento de Trabalho. Contudo, ressalta a incompatibilidade das informações, revelando assim, um aumento da desigualdade na Era Neoliberal (de 1979 a 2011).

Além disso, comparando a participação da renda de capital com os dados de desigualdade de Piketty, estes refletem movimentos semelhantes.

Both measures drift downward in the first half of the postwar period from 1947-1979, and then rise substantially, most of all the IRS measure with

capital gains. As we can see, capital gains in the neoliberal era increase both the level and volatility of property incomes (Shaikh, 2016, p. 6).

Posteriormente, Shaikh elenca os três componentes da renda de propriedade: σP , F e ϕ , onde σP é a relação entre a proporção de excedente operacional líquido e o valor acrescentado, F é a relação de financeirização do rendimento da propriedade com o excedente líquido e ϕ que é a proporção da renda individual total para o valor agregado total. Descartando a influência de ϕ que aparece estável em 67% do tempo pós-primeira guerra, Shaikh chega à conclusão abordada na introdução de sua crítica: diminuição da participação salarial e aumento da financeirização como responsáveis pelo aumento da desigualdade de renda, que somados, quase duplicam a participação da renda de propriedade. O que novamente é corroborado com a substituição dos dados na equação de Gini geral. Provando, segundo Shaikh, que o coeficiente Gini geral é essencialmente uma função da participação na renda da propriedade.

Thus the rise in the property income share in the neoliberal era can be attributed to two factors: a 20 percent relative rise in net surplus share from 1979-2012 (from 25 to 30 percent) and a whopping 90 percent relative rise from 1979 to the onset of the 2007 global crisis in the financialization ratio (from 45 to 85 percent). Taken together, by the onset of the crisis these two factors almost double the share of property income in total personal income (from 17 to 32 percent) (Shaikh, 2016, p. 7).

O autor aponta ainda certa dependência da teoria neoclássica na teoria de Piketty, no que se trata de determinação da taxa de lucros e dos salários, ao incluir a perspectiva de função agregada de produção e produtividade marginal. Ao que margeia o questionamento principal de Piketty a respeito de como a renda pessoal se distribui. Shaikh explicita, num primeiro momento, a separação entre renda do capital e do trabalho, o que através da relação patrão-empregado reflete em 03 fluxos de acordo com a maior parte dos economistas tradicionais, como segue abaixo:

After taxes, the further division of the income flows into dividends, rents, interest, royalties creates a flow of property incomes. Upon this rests a tertiary circulation consisting of deductions due to taxes on labor and

property incomes, and additions due to State payments of unemployment insurance and transfer payments to recipients of labor and property income. The overall distribution of personal incomes is the combined effect of primary, secondary, and tertiary flows (Shaikh, 2016, p. 9).

Para Shaikh, apesar de Piketty, a princípio, se basear na produtividade marginal do capital para justificar a divisão de salários, sua explicação da distribuição de renda segue a Lei de Pareto, o que, segundo ele, reflete a ânsia do autor em tentar explicar alterações na distribuição de renda via uma equação geral, $r > g$, já que não considera a particularidade da distribuição da renda proveniente do trabalho. Contudo, o autor defende que tal relação é intrínseca ao capitalismo, diretamente relacionada com a produtividade do capital, que neste caso está aumentando rapidamente.

Piketty observes that in practice the Pareto distribution only works for the upper tails of distributions, and that in any case the fitted Pareto coefficients vary over time and space. On the basis, he rejects the notion of any particular overall inequality distribution (Shaikh, 2016, p. 9).

Enfatiza também, como já observado em outras críticas aqui apresentadas, a consideração da renda da terra e da avaliação dos rendimentos desta por Piketty, que para o autor, com o intuito de definir o que é capital, utiliza-se de medidas inconsistentes, o que se relaciona diretamente com a invalidez da taxa de lucro calculada por Piketty, devido à possibilidade de dupla contagem em seu método.

He defines 'capital' as including the value of land and the values of financial assets because he is concerned with all the sources of property income. But land is valued by the share of the surplus that its owners receive as rent, and financial assets are valued by the portions of dividends, interests, royalties and even rents to which they lay claim. With only the net surplus in the numerator of the rate of profits it would be double-counting to include the values of land and financial assets derived from the surplus in the denominator (Harcourt 2014). Conversely, if land and financial assets are included in the denominator, one must also include the property income flows from these assets in the numerator. But then if profit rates are equalized across real and financial assets, the general rate of profits will be the same as the traditional rate of profits. Piketty's hybrid definition of the rate of profits is invalid (Shaikh, 2016, p. 9).

Desta forma, Shaikh entende que a fixação do capital somado à terra e ativos financeiros no denominador, como citado acima, reflete a tendência abordada por Piketty no aumento da rentabilidade em períodos de crises e recessões.

O autor finaliza sua crítica relacionando a teoria de Piketty a uma abordagem estrutural do capitalismo, como na teoria clássica, onde o capital financeiro exerce o papel de causador de problemas, através das bolhas, por exemplo. Entretanto, diferente de Piketty, o autor considera a possibilidade de reversão deste quadro que culmina na desigualdade de renda e que está intimamente relacionado a resultados políticos para ele reversíveis.

8.2 RELAÇÃO COM $r > g$

Toda a abordagem econométrica utilizada por Shaikh em sua crítica objetiva questionar o fato de Piketty basear-se primariamente numa explicação neoclássica no que tange a utilização da produtividade marginal em sua base teórica, mas ao tratar de distribuição de renda direcionar-se à fundamentação da teoria de Pareto, o que para o autor reflete sua persistência em explicar a desigualdade de renda via relação $r > g$. Outro ponto que demonstra isso é a composição do capital de Piketty, que como citada por outros autores, infla a taxa de retorno do capital ao considerar ativos não produtivos, que para Shaikh induzem uma dupla contagem.

A crítica de Shaikh é inédita entre as aqui apresentadas, no que se refere às causas da relação fundamental $r > g$, que enxerga no aumento da financeirização do capital e na diminuição da participação salarial as raízes do problema da desigualdade e distribuição de renda, como apresentado na síntese acima. Entretanto, quebrando mais uma vez a proposição de Piketty sobre a infinidade da relação citada, acredita na possibilidade de reversão desta situação.

É importante ressaltar que parte da análise do autor se aplica aos conceitos básicos e fundamentais apresentados aqui no capítulo 2. Conceitos estes que envolvem a renda do capital e seus componentes. Contudo, entende-

se que Shaikh trata como sinônimos taxa de lucro e a variável r da análise de Piketty, o que em nenhum trecho do livro analisado fica explícito desta forma.

9 ANÁLISE CRÍTICA

9.1 CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA DE POSICIONAMENTOS

As críticas apresentadas foram selecionadas para aqui estarem seguindo, principalmente, dois critérios, diversidade nos posicionamentos políticos e econômicos dos autores e renome acadêmico destes. Critérios estes que se mostraram fundamentais não apenas como referenciais de pesquisa, mas, principalmente, para a análise dos “resultados”, excepcionalmente no que se trata de “lugar comum” das críticas. Em outras palavras, a seleção de pontos de vista que teoricamente deveriam seguir caminhos diferentes e a constatação de um certo padrão nos pontos questionados nos levam a refletir a respeito da pertinência e validade dessas constatações. Abaixo a TABELA 1 relaciona os autores com as respectivas escolas ou vertentes acadêmicas:

TABELA 1 – ORIENTAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES UTILIZADOS

Autor (es)	Orientação predominante
Anwar Shaikh	Marxista
David Harvey	Marxista
Gérard Duménil e Dominique Lévy	Marxista
James K. Galbraith	Institucionalista
Kathryn Moeller	Feminista
N. Gregory Mankiw	Marginalista (neoclássica)

FONTE: O autor (2017).

A partir disso, dentre os pontos de convergência das críticas (TABELA 2) destacam-se 1) o entendimento da relação fundamental, $r > g$, como intrínseco à evolução histórica do capitalismo; 3) a utopia da taxa progressiva do capital; 4) a definição de capital, assim como de seus componentes e 2) amplitude da base de dados construída pelo autor. Quatro das seis críticas aqui apresentadas argumentam em torno destes pontos da seguinte maneira:

Com relação ao ponto 1, os autores não enxergam na relação fundamental o que Piketty chama de espiral infinito de desigualdade; entendem, entretanto, que a superação da taxa de rendimento do capital, r , em relação à taxa de crescimento da economia, g , resulta de movimentos relacionados à natureza do capitalismo, como a capacidade de acúmulo de capital por meio de poupança e geração de lucros. Argumentos em torno desta consideração de Piketty foram utilizados por Mankiw, Harvey, Moeller e Shaikh, que, em sua maioria, entendem que a questão em voga da desigualdade fundamental deveria ser a investigação das suas causas amplamente relacionadas à evolução histórica do capitalismo.

A proposta de um imposto progressivo, ponto 3, é refutada pelos autores dada a sua impossibilidade de aplicação devido à diversidade de instituições que regulam a taxação e, em alguns casos, sua efetividade em razão da existência da sonegação de impostos. Os autores Mankiw, Harvey, Galbraith e Moeller argumentaram nesse sentido; entretanto, diferente dos demais críticos, Mankiw foi o único a sugerir uma medida semelhante à de Piketty, contudo, relacionada à taxação do consumo, conforme explícito na síntese. Moeller, por sua vez, teve sua crítica direcionada à aplicação da proposta de Piketty. Ela entende a não consideração das particularidades sociais (gênero, raça e localização geográfica) tanto no desenvolvimento da proposta do imposto progressivo, como na aplicação desta, que inviabilizam sua efetividade.

A razão da abordagem do ponto 4 pela maioria das críticas está relacionada à utilização de capital não produtivo na composição de capital de Piketty. Os autores entendem que a utilização deste capital infla a taxa de retorno do capital, r , o que invalida a tendência de desigualdade do autor, superestimando a variável. Criticaram este ponto os autores Harvey, Galbraith, Shaikh e Duménil e Lévy

O ponto 2 diz respeito ao único elemento positivo dentre essas críticas. Com exceção de Moeller e Shaikh que não se manifestaram neste sentido, os demais autores reconhecem o amplo levantamento de dados do trabalho de Piketty, assim como, em alguns casos, o tratamento deste.

Ainda, metade dos textos críticos analisados abordam a analogia entre o livro *O Capital no Século XXI* e a obra de Karl Marx, *o Capital*. Harvey, os franceses Duménil e Lévy e Galbraith refutam qualquer comparação entre as obras, e questionam, inclusive, sua repercussão relacionada a possíveis

inferências neste sentido. Também nesta proporção (metade dos autores) as causas da desigualdade são apontadas nas críticas, no sentido da ausência de suas exposições por parte de Piketty. Shaikh foi o único dentre os críticos a apresentar em seu artigo a financeirização do capital e diminuição da participação salarial como causas desta relação.

Majoritariamente, as críticas abordaram a superficialidade da utilização de métodos macroeconômicos por Piketty para tratar de desigualdade, a qual está fundamentada em aspectos subjetivos não tocantes pela macroeconomia e econometria.

Como se pode observar na TABELA 2, dentre os autores, os que mais abrangeram a relação de pontos criticados aqui apresentados foram Harvey, Duménil e Lévy, Galbraith e Shaikh. Vale salientar o grau de robustez literária e analítica destas críticas, que se mostraram desafiadoras para a elaboração deste estudo, no sentido de síntese e interpretação, dificuldades estas possivelmente relacionadas ao nível de abrangência de tais posicionamentos.

Assim, a tabela abaixo representa a distribuição dos pontos criticados pelos autores:

TABELA 2 – RELAÇÃO DOS PONTOS ABORDADOS NAS CRÍTICAS

Pontos abordados	Mankiw	Harvey	Galbraith	Moeller	Shaikh	Duménil e Lévy
1) $r > g$: tendência histórica do capitalismo	X	X		X	X	X
2) Levantamento de dados/ abordagem empírica	X	X	X			X
3) Imposto progressivo sobre o capital	X	X	X	X		
4) Capital: conceito, componentes etc.		X	X		X	X
5) Espiral infinito de desigualdade	X				X	X
6) Analogia com O Capital, de Karl Marx		X	X			X
7) Causas da desigualdade		X		X	X	
8) Macroeconomia da desigualdade		X				X
9) Utilização de registros tributários			X		X	
10) Origem de r (taxa de retorno do capital)			X			
11) Alienação do capital fixo (de produção)						X

FONTE: O autor (2017).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou atender ao objetivo geral de revisão literária no que tange os objetivos específicos de síntese das críticas selecionadas ao livro *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty e respectivas relações com a desigualdade $r > g$, assim como a identificação das convergências entre os pontos abordados pelos autores, que apesar do distanciamento de suas vertentes políticas e econômicas, de modo geral, possuem em suas críticas lugares comuns: o entendimento da relação fundamental, $r > g$, como intrínseco à evolução histórica do capitalismo; a utopia da taxa progressiva do capital; a definição de capital, assim como seus componentes e a amplitude da base de dados construída por Piketty, pontos estes presentes nos fundamentos de seu livro.

Tais convergências nos levam a refletir sobre a pertinência dos pontos em comum presentes nas críticas e, conseqüentemente, ler *O Capital no Século XXI* à luz de tais interpretações, principalmente no que se refere à tendência de ampliação de desigualdade revelada pelo autor.

É possível constatar também que, apesar de, em sua maioria, as críticas abordarem a solução de Piketty por meio da taxa progressiva, isto acontece mais profundamente no sentido de invalidar a operacionalização da solução e não de questionar sua efetividade. Ou seja, provavelmente, a não concordância com a perspectiva existente sobre a tendência infinita da relação $r > g$ anule ou enfraqueça a argumentação sobre a proposta de taxa do autor.

Com isso, a convergência observada entre os pontos criticados (mesmo estes estando embasados pelas vertentes acadêmicas de cada um dos autores) mostra-se relacionada a conceitos fundamentais da obra de Piketty, contribuindo para o questionamento de tais pontos e nos estimulando a cogitar uma análise mais aprofundada para o refinamento dos argumentos revelados pelos autores aqui apresentados, o que traria, conseqüentemente, resultados que contribuiriam ainda mais para a leitura e análise das propostas de *O Capital no Século XXI*.

REFERÊNCIAS

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Thomas Piketty's Historical Macroeconomics: **A Critical Analysis**, v.28, n. 2, p. 220-232, 2016. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09538259.2015.1076280>>. Acesso em: 15 novembro 2017.

GALBRAITH, J. K. **Created Unequal: the crisis in American pay**. New York: The University of Chicago Press, 1998.

GALBRAITH, J. K. El Capital em el Siglo XXI. **Revista de Economía Institucional**, v. 16, n. 30, p. 345-355. Disponível em: <<https://www.economiainstitucional.com/esp/vinculos/pdf/No30/jameskgalbraith.pdf>>. Acesso em: 10 novembro 2017.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D. Afterthoughts on Piketty's Capital. **Green Social Thought**, v. 66, p.16-18, 2015. Disponível em: <<http://greensocialthought.org/archive/wp-content/uploads/2015/03/gst66-16-18-David-Harvey.pdf>>. Acesso em: 10 novembro 2017.

MANKIW, N. G. Yes, $r > g$. So what? **American Economic Review**, v. 105, n. 5, p. 43-47, 2015. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.p20151059>>. Acesso em: 10 novembro 2017.

MARX, K. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. In: MARX, K. **O Capital**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 1-571.

MARX, K. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. In: MARX, K. **O Capital**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 577-929.

MOELLER, K. A critical feminist and race critique of Thomas Piketty's Capital in the Twenty-first Century. **British Journal of Sociology of Education**, v. 37, n. 6, p. 810-822, 2016. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01425692.2016.1165085>>. Acesso em: 10 novembro 2017.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Reading Marx's Capital with David Harvey. Disponível em: <<http://davidharvey.org/>>. Acesso em: 25 setembro 2017.

SHAIKH, A. Income Distribution, Econophysics and Piketty. **Review of Political Economy**, v. 29, n. 1, p. 18-29, 2017. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09538259.2016.1205295>>. Acesso em: 10 novembro 2017.

TEXAS LBJ School. Disponível em: <<https://lbj.utexas.edu/directory/faculty/james-galbraith>>. Acesso em: 25 setembro 2017.